

**TERMO DE REFERÊNCIA
PREGÃO PRESENCIAL, ELETRÔNICO
(COMPRAS)**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA – UNILA
PREGÃO Nº 14/2020
(Processo Eletrônico n.º23422.010024/2019-18)**

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para eventual(is) Aquisição(ões) de Equipamentos de Proteção Individual e Materiais de Sinalização para uso de docentes, técnicos de laboratório da Universidade Federal da Integração Latino - Americana, bem como materiais para treinamento e ação dos brigadistas da Instituição, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento.

Grupo	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	UASG	QUANT TOTAL	QUANT. MÍNIMA A CADA PEDIDO	PREÇO MÉDIO UNITÁRIO	PREÇO MÉDIO TOTAL
Grupo 1	01	ÓCULOS DE PROTEÇÃO - Óculos de segurança constituído de armação e visor em policarbonato altamente resistente. Hastes do tipo espátula com ajuste angular da lente, proporcionando maior conforto ao usuário. Proteção contra raios UVA e UVB. Lentes com tratamento anti risco com ou sem antiembaçante. Proteção dos olhos contra impactos de partículas volantes frontais e luminosidade intensa. Modelo tipo Leopardo ou SPY. CA: 11268	151039	Unidade	UASG 158658 UNILA	30	10	R\$ 4,74	R\$ 284,40
					UASG 160213 5º Batalhão Logístico	30			
	02	ÓCULOS PROTEÇÃO PARA LASER – Óculos de segurança constituído de armação em nylon resistente e flexível, ideal para proteção para equipamentos laser e luz intensa pulsada, hastes tipo espátula, fixadas por meio de parafusos e com ajuste de comprimento, lente única confeccionada em policarbonato acoplada a armação por meio de encaixes, formando um conjunto leve, confortável e seguro, lentes com tratamento anti-risco com ou sem tratamento anti-embacante, indicado para a proteção contra grande intensidade de luz, infravermelho e contra raios UVA e UVB, protege entre as faixas de 400 a 1200 NM (valores de referência do ensaio para o raio infravermelho). Certificado de aprovação deve constar que o equipamento atende ao requisito de transmitância no infravermelho.	440513	Unidade	UASG 158658 UNILA.	2	1	R\$ 160,33	R\$ 641,34
					UASG 160213 5º Batalhão Logístico	2			
Grupo 2	03	CALÇADO DE SEGURANÇA – Botina de segurança, modelo derby, fechamento em atacador, confeccionada em vaqueta, sem biqueira, palmilha de montagem em couro montada pelo sistema strobrel, sem componentes metálicos e solado em poliuretano monodensidade injetado diretamente no cabedal para uso eletrícista,	150629	Par	UASG 158658 UNILA.	30	5	R\$ 40,73	R\$ 2.444,00

		proteção do pés do usuário em locais onde não haja risco de queda de materiais e/ou objetos pesados sobre os artelhos e em áreas de risco em que existe influência de eletricidade. Com Certificado de Aprovação válido emitido pelo Ministério do Trabalho. Numeração: 35 ao 45. Tamanho será definido no momento da aquisição. Par. CA: 11972.			UASG 160213 5º Batalhão Logístico	30			
	04	BOTA DE BORRACHA – Calçado ocupacional tipo bota impermeável, cano longo (aproximadamente 325 mm), confeccionado em PVC na cor preta, forrado solado antiderrapante. Com Certificado de Aprovação válido emitido pelo Ministério do Trabalho. Numeração: 35 ao 45. Tamanho será definido no momento da aquisição. Par. CA: 32167.	150242	Par	UASG 158658 UNILA.	20	5	R\$ 34,78	R\$ 1.391,34
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	20				
Grupo 3	05	PROTETOR FACIAL – Protetor facial composto por visor confeccionado em policarbonato incolor com cerca de 210 mm de altura e 260 mm de largura fixado a um suporte basculante de material plástico preto em forma de arco através de três pinos metálicos, onde este arco é fixado a duas hastes plásticas presas em dispositivo de plástico preto, que, por sua vez, é encaixado nas fendas laterais do casco do capacete de segurança. CA: 34144.	63398	Unidade	UASG 158658 UNILA.	10	10	R\$ 23,51	R\$ 470,26
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	10				
	06	PROTETOR AURICULAR EM SILICONE – Protetor auricular tipo inserção em silicone com cordão de silicone com embalagem individual plástica. Com Certificado de Aprovação válido emitido pelo Ministério do Trabalho. Compra mínima de 50 unidades. CA 5745	257074	Unidade	UASG 158658 UNILA.	50	50	R\$ 1,75	R\$ 175,00
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	50				
Grupo 4	07	APITO – Apito em metal e com bolinha que não trava em contato com a saliva ou água. Com cordão.	224659	Unidade	UASG 158658 UNILA.	20	20	R\$ 15,28	R\$ 611,20
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	20				
	08	CONE DE SINALIZAÇÃO – Cone de sinalização e segurança viária injetado em PVC na cor laranja com altura de 75 cm, duas faixas refletivas tipo colmeia na cor branca e com retro refletância de 250 candelas, o cone deve possuir furos para a passagem da fita zebra. As faixas refletivas confeccionadas em PVC microprismático com espessura de 0,25 mm e com forro de PVC com espessura de 0,20 mm; Altura do cone de 75 cm.	42358	Unidade	UASG 158658 UNILA.	5	5	R\$ 60,48	R\$ 604,80
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	5				
	09	PLACA DE SINALIZAÇÃO – Placa escrito "Perigo Afaste-se", em material poliestireno, formato cavalete / silk, medidas de aproximadamente 33x47cm, cor de fundo amarelo com letras na cor preta.	150651	Unidade	UASG 158658 UNILA.	5	5	R\$ 15,83	R\$ 158,26
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	5				
Grupo 5	10	MACHADO – Machado Cabo de madeira envernizado com comprimento de aproximadamente 90 cm, lâmina em aço SAE 1050; cabeça forjada em uma única peça, sem soldas temperadas e revenida, fixação da cabeça ao cabo com cunha de madeira e resina, formato anatômico do cabo, para melhor ajuste a mão do usuário.	8150	Unidade	UASG 158658 UNILA.	2	2	R\$ 39,70	R\$ 158,78
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	2				
	11	PÉ DE CABRA – Pé de cabra em aço forjado, perfil do corpo do pé de cabra: sextavado; tipo da ponta do pé de cabra: ponta alavanca chata e ponta encaixe em V (unha). Comprimento total do pé de cabra: 60 cm.	8435	Unidade	UASG 158658 UNILA.	2	2	R\$ 19,97	R\$ 79,90
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	2				

12	PÁ DE MATERIAL NÃO FAISCANTE - Pá de PVC cabo de madeira, antifaísca, que previne o perigo de explosão. Usada para recolhimento de produto químico em caso de derramamento. Equipamento industrial: pá antifaísca com cabo de madeira de 1 metro.	249585	Unidade	UASG 158658 UNILA.	2	2	R\$ 12,17	R\$ 48,66
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	2			
13	ENXADA DE MATERIAL NÃO FAISCANTE - Enxada de PVC antifaísca, que previne o perigo de explosão. Enxada de PVC cabo 1 metro, antifaísca, enxada anti-faísca com cabo de madeira. Usada para recolhimento de produto químico em caso de derramamento.	39586	Unidade	UASG 158658 UNILA.	2	2	R\$ 47,83	R\$191,30
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	2			
14	VASSOURÃO – Vassourão Gari com cabo de madeira, cerda PP, resistente para limpeza. Especificações técnicas: 38,5x5,5mm. Material Polipropileno.	151014	Unidade	UASG 158658 UNILA.	2	2	R\$ 19,73	R\$ 78,94
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	2			
15	SACOS PLÁSTICOS DE 50 LITROS - Sacos para lixo com picote multi solda no fundo. Capacidade: 50 litros/10Kg. Pacote com 100 unidades.	372616	Pacote	UASG 158658 UNILA.	2	2	R\$ 18,90	R\$ 75,58
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	2			
16	CALÇADO DE SEGURANÇA ANTIESTÁTICO – Calçado ocupacional, tipo calçado baixo, com propriedade dissipativa, cabedal confeccionado em microfibras ecológica, forro em material não tecido, fechamento através de atacador, palmilha de montagem não tecido em material antiestático, biqueira termoflex para conformação, solado de poliuretano bidensidade antiestático, resistente ao óleo combustível. Par. Tamanho será definido no momento da aquisição. CA 40963.	150630	Par	UASG 158658 UNILA.	2	2	R\$ 32,00	R\$ 128,00
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	2			
17	LUVA ANTIESTÁTICA – Luva de segurança tricotada em poliamida (náilon) e fibra antiestática; revestimento em borracha nitrílica microporosa e antiestática na palma, face palmar dos dedos e pontas dos dedos; palma antiderrapante; punho tricotado em poliamida (náilon) e fibra antiestática. Tamanho será definido no momento da aquisição. CA 18192.	399974	Par	UASG 158658 UNILA.	2	2	R\$ 3,86	R\$ 15,44
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	2			
18	BOTA DE APROXIMAÇÃO COMBATE À INCÊNDIO - Calçado de segurança tipo bota para uso no combate a incêndio, confeccionado em borracha vulcanizada na cor preta com detalhes em amarelo, forro em tecido retardante à chamas, biqueira interna em aço, palmilha de aço, camada isolante elétrica separada do solado através de feltro isolante térmico, proteção de tibia e sua borda superior, com duas alças. O equipamento deve possuir Certificado de Aprovação (válido) emitido pelo Ministério do Trabalho e ser aprovado para proteção dos membros inferiores. Tamanho será definido no momento da aquisição. CA: 9992.	232928	Par	UASG 158658 UNILA.	2	2	R\$ 399,20	R\$ 1.596,80
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	2			
19	LANTERNA ANTI EXPLOÇÃO – Lanterna portátil para uso em atmosferas explosivas. Corpo confeccionado em alumínio fundido, lente fabricada em vidro temperado com 8 mm de espessura, resistente a choques térmicos e impactos; refletor interno em alumínio iluminação através de uma lâmpada halógena; acionamento através de um pino roscado, enquadrada dentro das Normas vigentes.	289248	Unidade	UASG 158658 UNILA.	2	2	R\$ 488,66	R\$ 1.954,66
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	2			

20	CINTO DE SEGURANÇA COM TALABARTE EM Y – Cinturão paraquedista / abdominal confeccionado em fita primária e secundária de poliéster de 45 mm, possui elementos de engate peitoral para suspensão, resgate e retenção de queda em fita de poliéster, dorsal em argola em D de aço para retenção de queda, possui elemento de engate de posicionamento na cintura, sendo dois laterais em argola em D de aço. Possui alças nos ombros em poliéster para resgate. Possui três fivelas em aço para regulagem peitoral, duas fivelas em aço para regulagem nas coxas e uma fivela em aço para regulagem na cintura. Com almofada na cintura, altura de 120 mm e 770 mm de comprimento. CA: 35613.	286357	Unidade	UASG 158658 UNILA.	2	2	R\$ 143,78	R\$ 575,14
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	2			
21	BALACLAVA ANTICHAMA – Capuz de segurança confeccionado em malha em fibra de meta-aramida retardante a chama, uma camada, abertura facial, tipo balaclava. CA: 15307.	377521	Unidade	UASG 158658 UNILA.	2	2	R\$ 72,10	R\$ 288,40
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	2			
22	MATERIAL ABSORVENTE ORGÂNICO (TURFA, VERMICULITA OU SERRAGEM) - Absorvente industrial orgânico, com grande capacidade de absorver óleos e derivados de petróleo em curto espaço de tempo. Absorvente 100% natural, biodegradável para ações de emergências ambientais envolvendo vazamentos de petróleo e derivados. Características: Não tóxicos e não abrasivos; hidrofóbica (não absorve água); alto poder calorífico; 100% natural e biodegradável. Sacos de 25 kg.	342571	Pacote	UASG 158658 UNILA.	2	2	R\$ 34,62	R\$ 138,48
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	2			
23	BOMBONA – Bombona plástica de 50 litros, cor azul. Material: Polietileno; tampa: encaixe, rosca bombona de 50 litros. Homologado pelo Inmetro; material rígido de acordo com ABNT NBR 15594; selo do Inmetro na própria embalagem.	266345	Unidade	UASG 158658 UNILA.	2	2	R\$ 55,21	R\$ 220,86
				UASG 160213 5º Batalhão Logístico	2			
VALOR TOTAL							R\$ 12.331,54	

1.2. Devido à ampla dispersão de potenciais fornecedores pelo território nacional, faz-se necessário planejar adequadamente a compra pretendida, visando obter maior competitividade e uma contratação mais vantajosa para a Administração, mediante a fixação de mecanismos que favoreçam a logística de fornecimento e facilitem a elaboração da proposta pelos licitantes.

1.3. Tais medidas constam recomendadas em decisões do TCU (Acórdãos 539/2013 – Plenário e 5301/2013 – Segunda Câmara), e visam ainda evitar que itens de pequeno valor resem desertos ou frustrados, por serem menos atrativos e gerarem menor interesse ou disputa. Ademais, quanto maior a quantidade comprada, mais se diluem custos associados, como, por exemplo, custos de postagem e frete, possibilitando a atração de licitantes em itens agrupados de pequeno valor, em comparação à disputa deles separadamente.

1.4. Portanto, foi realizado o agrupamento de itens de características similares e de baixo valor para possibilitar uma solução dos custos logísticos dos itens no lote, no intuito de evitar que itens individuais fracassem, proporcionando maior competitividade.

1.5. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato ou aceite da nota de empenho, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2.JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A aquisição dos materiais listados neste documento se dá devido as aulas práticas e pesquisas realizadas na UNILA visando a proteção da saúde dos técnicos e docentes durante a realização das atividades acadêmicas e para atender a Norma Regulamentadora 6 – Equipamentos de Proteção Individual.
- 2.2. A descrição dos materiais foi realizada considerando os riscos físicos, químicos e biológicos existentes na realização das atividades acadêmicas e nas necessidades de sinalização de segurança.
- 2.3. Como as demandas de equipamentos são variáveis solicita-se que a compra seja realizada por meio de Sistema de Registro de Preço – SRP, pois a todo momento se extinguem e surgem novos projetos de pesquisa além de que com frequência acontecem alterações nas disciplinas práticas dos cursos, podendo suprimir ou surgir novos riscos, necessitando de uma quantidade variável de equipamentos, portanto, se enquadra no inciso I e IV do art. 30 do Decreto 7892/2013. Além do exposto, os materiais de proteção são essenciais para o desenvolvimento das atividades, não podendo ficar comprometido o fornecimento destes para as pessoas que deles necessitem, se enquadrando no inciso I do art. 30 do Decreto 7892/2013.
- 2.4. Os quantitativos apresentados foram estimados considerando a quantidade de técnicos de laboratório existentes na instituição e a média de professores que realizam aulas práticas e conduzem projetos de pesquisas em laboratório. Importante ressaltar que dentre os diversos itens do processo existem materiais descartáveis e materiais que podem ser reutilizados e esta variação de uso foi considerada para o quantitativo.
- 2.5. Já a aquisição dos materiais para treinamento e ação dos brigadistas da Instituição, se faz necessária para a atuação das equipes em situações emergenciais de princípios de incêndio nas instalações, exercícios de simulados práticos de combate a incêndio e identificação dos servidores que fazem parte da Brigada. Os materiais solicitados também têm objetivo de atender requisitos das Normas de Procedimentos Técnicos (NPT 017) do Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná que trata sobre o dimensionamento da Brigada de Incêndio, Norma Regulamentadora 23 (NR 23) que trata sobre a Proteção contra Incêndio, NBR 14277 que trata sobre Equipamentos para treinamentos da Briga da de Incêndio e NBR 15219 que trata sobre o plano de emergência contra incêndio. Atualmente a UNILA possui 4 Brigadas instituídas nas unidades: Jardim Universitário, Vila A, Almada e Portal da Foz – Almojarifado.
- 2.6. Busca-se cumprir a legislação quanto a prevenção à saúde durante as atividades laborais dos servidores da Instituição.

3.CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

- 3.1. Todos os materiais listados neste Termo de Referência são de natureza comum nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002.

4.ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

- 4.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias, contados da solicitação de fornecimento, em remessa única, nos endereços abaixo indicados:
- **UASG 158658 – UNILA (Órgão Gerenciador):** Rua Macucos, nº 131, esquina com Rua Mineirão, CEP: 85.859-450 – Foz do Iguaçu/PR, das 8h às 11 h e das 14 h às 17 h, mediante agendamento pelo telefone (45) 3529-2781.
 - **UASG 160213 – 5º BATALHÃO LOGÍSTICO (Órgão Participante):** Rua Valdeci dos Santos, nº 115 – Pinheirinho – Curitiba/PR, CEP 81150-370. Seção de Aquisições Licitações e Contratos

(SALC), e-mail: salc.5blog@gmail.com, agendamento pelo telefone (41) 3347-9714, de segunda a quinta das 08:30h às 11:30h e das 13:30h às 15:30h; e às sextas-feiras das 08:30h às 11:30h.

- 4.2. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 4.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 4.4. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 4.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 4.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 5.1. São obrigações da Contratante:
 - 5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
 - 5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
 - 5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
 - 5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
 - 5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 6.1.1.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade; e, se aplicável, acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 6.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 6.1.3.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 6.1.4.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 6.1.5.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.1.6.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato

7.DA SUBCONTRATAÇÃO

- 7.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8.DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 8.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9.DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 9.1.** Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 9.2.** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.3.** O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de

alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução visto que tratam-se de bens de baixa complexidade e de pronta entrega.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 13.1.1.** Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2.** Ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3.** Falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 13.1.4.** Comportar-se de modo inidôneo;
- 13.1.5.** Cometer fraude fiscal;

13.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 13.2.1.** Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
- 13.2.2.** Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- 13.2.3.** Multa compensatória de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 13.2.4.** Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 13.2.5.** Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 13.2.6.** Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 13.2.6.1.** A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.
- 13.2.7.** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA acompanhado de multas, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- 13.4.1.** Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 13.4.2.** Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 13.4.3.** Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- 13.7.** Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 13.8.** Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 13.9.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 13.10.** Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 13.11.** A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
- 13.12.** O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
- 13.13.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

- 14.1.** O custo estimado da contratação é de R\$ 12.331,54.

Foz do Iguaçu, 08 de abril de 2020.

THIAGO CESAR BEZERRA MORENO
SIAPE 1905452
PRÓ-REITOR DE GESTÃO DE PESSOAS

DIANE CÁSSIA SEBBEN
SIAPE 1826886
CHEFE DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO E
VIGILÂNCIA À SAÚDE

EDER DO NASCIMENTO
SIAPE 3050917
TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

RICARDO PACHECO BONOMETO
SIAPE 2141065
ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DE TRABALHO

JULIANA RIBEIRO FERREIRA SHIMABUKU
SIAPE 2138730
ASSISTENTE EM ADMINISTRAÇÃO